



Ausência de diretor da Petrobras gera protestos na CPI mista

José Carlos Cosenza seria ouvido ontem, mas enviou atestado médico e não compareceu. O doleiro Alberto Youssef deve depor na quarta-feira

O não comparecimento do diretor de Abastecimento da Petrobras, que alegou crise hipertensiva, também aumentou a tensão entre parlamentares na CPI mista que investiga irregularidades na estatal. A oposição chegou a contestar a autenticidade do atestado médico e travou um duelo com o governo sobre os próximos depoimentos. **3**



Jefferson Rotty/Agência Senado

Presidente da CPI mista, o senador Vital do Rêgo recebeu o atestado médico do diretor da Petrobras e informou que próximo depoimento será o do doleiro Youssef

Comissão analisa crédito especial para estatais 4

MP que prorroga Refis da Crise é lida em Plenário

A medida provisória que prorroga o Refis da Crise e a desoneração da folha de pagamentos foi lida ontem no Senado. Além dessas medidas, o projeto estende até 2018, a pedido de prefeitos, o prazo para os municípios acabarem com os lixões. **2**



Geraldo Mugele/Agência Senado

Ana Amélia (C) ouve o professor Pasquale no debate, com Carlos Nunes, Bechara e Stella Maris


Filólogos querem ajustar acordo

Especialistas ouvidos na Comissão de Educação defenderam a manutenção do acordo ortográfico, mas com aprimoramentos para aumentar a clareza das regras de grafia e facilitar a aprendizagem. **4**


Projeto amplia bolsa em curso de formação de juiz

Encaminhado pelo Superior Tribunal de Justiça, projeto aumenta a ajuda de custo paga a aprovados no concurso de juiz federal de 50% para 80% do subsídio de juiz federal substituto em início de carreira. **4**

Senado sela parceria com universidade 2




Conheça a nova **Ordem do Dia**.
Agora com novo leiaute. Mais simples, econômico e fácil de usar.
Além do novo formato impresso reduzido, também é possível obter as demais informações em meio digital. Basta acessar pelo QR Code.



Conheça a **nova** ordem da Casa

Mais informações:
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>
Secretaria de Informação Legislativa
61 3303-3325 / 3303-7279



Secom | Publicidade e Marketing

A MP 651/2014 estendeu o prazo para as empresas aderirem a programa de renegociação de dívidas com a Receita Federal. O texto também mantém a desoneração da folha e adia o fim dos lixões

Chega ao Senado MP que prorrogou Refis da Crise

FOI LIDA ONTEM, no Senado, a MP 651/2014, que reabriu o prazo para empresas aderirem ao programa de renegociação de dívidas de tributos federais conhecido como Refis da Crise. O prazo se encerra 15 dias após a publicação da lei decorrente da conversão da medida provisória.

A proposta tem de ser votada pelo Senado até 6 de novembro para não perder a validade.

O texto, alterado pela Câmara (PLV 15/2014), também amplia incentivos tributários; altera a tributação do mercado de

ações; e, a pedido de prefeitos, prorroga até 2018 o prazo para o fim dos lixões.

A MP ainda altera a parcela da dívida que deve ser paga a título de antecipação, que passou a ser escalonada: 5% para dívidas de até R\$ 1 milhão; 10% para dívidas entre R\$ 1 milhão e R\$ 10 milhões; 15% para dívidas entre R\$ 10 milhões e R\$ 20 milhões; e 20% para as superiores a R\$ 20 milhões.

Uma das principais mudanças previstas é a manutenção e a ampliação de dois sistemas criados pelo Plano Brasil Maior

que tinham prazo para acabar: a desoneração da folha e o Regime Especial de Reintegração de Valores Tributários para as Empresas Exportadoras (Reintegra). Os sistemas passarão a funcionar sem prazo final, o que dá "previsibilidade" ao empresário, segundo o relator, deputado Newton Lima (PT-SP).

O Reintegra devolve ao exportador, na forma de crédito, parte do PIS-Pasep e da Cofins que não foram retirados ao longo do processo produtivo no Brasil. A intenção é corrigir distorções que podem influenciar no preço do produto a ser exportado. A proposta original era autorizar o Executivo a conceder créditos entre 0,1% e 3% sobre a receita obtida com a exportação, índice que foi ampliado para até 5% pelos deputados.

O outro regime que será permanente é o da desoneração da folha, em que alguns setores substituem a contribuição para a Seguridade Social baseada na folha de pagamentos por uma parcela da receita bruta. Entre os novos setores beneficiados, estão empresas de transporte rodoviário de passageiros sob regime de fretamento e empresas de engenharia e arquitetura.



O Reintegra, prorrogado na MP, devolve a exportadores a Cofins e o PIS-Pasep

Projeto Talentos do Senado revela quatro escritores

Quatro servidores lançaram livros ontem na Biblioteca da Casa, pelo Projeto Talentos do Senado. Foi sorteado um exemplar de cada obra.

Maria de Fátima Pinheiro Carizzi, lotada no gabinete de Francisco Dornelles (PP-RJ), escreveu *Além do Sonho*, com uma história sobre êxodo rural.

Em *Família Coração*, Denise Teresinha Resende Pessoa, do Serviço de Portaria e Zeladoria, conta uma história de adoção inspirada na filha Gabriela, de 5 anos.

Já a chefe de gabinete de Flexa Ribeiro (PSDB-PA), Rose Rocha, apresentou *Corredor de*

Cetim, seu segundo romance, lançado na 23ª Bienal do Livro de São Paulo, este ano.

Autor de *Direitos Sociais e o Princípio da Proibição de Retrocesso*, Dilmanoel de Araújo, do Núcleo de Comissão

Processante, contou que a obra já vinha sendo vendida.

A diretora-geral-adjunta de Gestão do Senado, Ilana Trombka, destacou a iniciativa. — Escrever é um esforço e o fator humano deve ser valorizado.



Diretora-geral-adjunta de Gestão, Ilana Trombka elogia o trabalho criativo



Ralph Hexter, pró-reitor da Universidade da Califórnia, palestra no Interlegis

Senado e Universidade da Califórnia formalizam parceria

Foi assinado anteontem, no Auditório do Interlegis, o Memorando de Entendimento entre o Senado Federal e a Universidade da Califórnia, em Davis (EUA). O acordo visa estimular o intercâmbio de servidores da Casa em programas da universidade.

Conforme Ralph Hexter, pró-reitor da Universidade da Califórnia, a instituição está próxima à capital do estado da Califórnia e é a universidade pública mais proeminente nos EUA. Além disso, conta com um dos maiores centros de ensino e pesquisa

do país e com programas que abrangem uma ampla gama de disciplinas e profissões.

Atualmente, a universidade tem acordos de cooperação com oito universidades brasileiras e com quatro agências do governo: a Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa), a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes), a Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp) e o Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

CORREÇÃO

Na reportagem "Lei de 2001 congelou medidas provisórias que valem até hoje" (pág. 3 da edição de ontem), a frase iniciada por "Como medidas provisórias, elas têm força de lei..." é do consultor legislativo Fernando Trindade, e não do diretor da Secretaria Legislativa, André Sak, como foi publicado erradamente. Além disso, o que "congelou" as medidas provisórias foi a Emenda Constitucional 32, e não uma lei, como consta no título. Por fim, diferentemente do que dá a entender o subtítulo, as 50 medidas provisórias "congeladas" são as que restam hoje. Eram mais na época da promulgação da emenda constitucional, mas algumas foram derrubadas por leis desde então.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO Discursos

14h Sessão não deliberativa, sem votações, destinada a pronunciamentos.

QUINTAS FEMININAS Câncer de mama

10h Debate sobre prevenção e tratamento do câncer de mama.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>

Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>

TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 14h, segundo o Regimento Interno e o Ato 21/2009 da Comissão Diretora, a **sessão plenária**. As reuniões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portella
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos,
 João Durval, Casildo Maldaner

Diretor-geral e secretário-geral da Mesa:
 Luiz Fernando Bandeira

SECRETARIA DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Davi Emerich
Diretor-adjunto: Flávio de Mattos
Diretor de Jornalismo: Eduardo Leão

SECRETARIA AGÊNCIA E JORNAL DO SENADO

Diretor: Marco Antonio Reis
Diretor-adjunto: Flávio Faria
Coordenação de Cobertura: Nelson Oliveira
Coordenação de Edição: Sílvio Burl
Coordenação de Multimídia: James Gama
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria de Comunicação Social e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Editor-chefe: Marcio Maturana

Edição: André Falcão, Laércio Franzone, Marina Domingos e Ricardo Westin

Diagramação: Beto Alvim, Ronaldo Alves e Wesley Moura

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Tratamento de imagem: Afonso Celso F. A. Oliveira, Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: (61) 3303-3333

Documento apresentado à CPI Mista da Petrobras aponta que um episódio de hipertensão impediu o comparecimento do diretor de Abastecimento da estatal para depor

Cosenza envia atestado e não comparece à CPI

ONÃO COMPARECIMENTO do diretor de Abastecimento da Petrobras, José Carlos Cosenza, à CPI mista que investiga irregularidades na estatal gerou ontem protestos da oposição. Ele enviou atestado médico para justificar a ausência, alegando hipertensão arterial. O depoimento só deverá ocorrer após o segundo turno da eleição.

Cosenza é o substituto do ex-diretor Paulo Roberto Costa, que foi preso na Operação Lava-Jato, da Polícia Federal, por suspeitas de superfaturamento de obras, recebimento de propina e desvio de recursos para agentes políticos.

No requerimento de convocação, o líder do PPS na Câmara dos Deputados, Rubens Bueno (PR), cita denúncias veiculadas pela imprensa dando conta de que Cosenza teria continuado o esquema de Paulo Roberto Costa.

O atestado médico apresentado gerou polêmica. A primeira versão do documento não especificava o problema de saúde do diretor. Segundo o presidente da CPI mista, senador Vital do Rêgo (PMDB-PB), a Classificação Internacional de Doenças (CID) — número que identifica uma enfermidade — foi acrescentada posteriormente, a pedido do próprio Vital, que é médico.

Rubens Bueno questionou a validade do atestado e pediu que o Conselho Regional de

Medicina no Rio de Janeiro, onde mora Cosenza, investigue o caso.

Segundo o relator da CPI mista, deputado Marco Maia (PT-RS), será feita uma perícia no documento:

— Eu não faria nenhuma afirmação categórica sem que houvesse antes uma análise. Olhando o atestado, é um documento regular, tem a assinatura do médico. Não consegui perceber algum erro ou alguma fraude — disse.

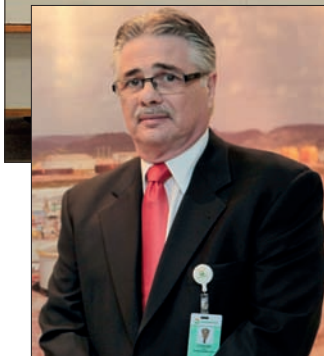
Maia também avaliou que não há chance de Cosenza falar à comissão amanhã, conforme reivindicaram parlamentares da oposição. Ele lembrou a dificuldade de quórum às vésperas do segundo turno da eleição presidencial.

O líder do PSDB na Câmara, Antonio Imbassahy (BA), disse que o país foi surpreendido com a ausência do executivo. Ele classificou Cosenza como homem de confiança de Paulo Roberto Costa.

— Tenho a mais absoluta certeza de que compartilhou informações importantes.

Para o líder do SD na Câmara, Fernando Francischini (PR), e o líder do DEM, Mendonça Filho (PE), a ausência do diretor pareceu uma manobra do governo com o objetivo de evitar estragos à campanha da presidente Dilma Rousseff à reeleição.

— O atestado de óbito da CPI mista é claro. O governo, é ób-



Agência Petrobras

CPI estava lotada para ouvir Cosenza (detalhe), cujo depoimento será remarcado

Oposição e governo travam duelo sobre Gleisi e Aécio

A quatro dias do segundo turno das eleições, a CPI Mista da Petrobras registrou ontem um duelo entre oposição e governo sobre os próximos depoimentos que o colegiado deve tomar. Enquanto a oposição quer ouvir a senadora Gleisi Hoffmann (PT-PR), parlamentares da base governista sugeriram que seja chamado a depor o senador Aécio Neves (MG), que preside o PSDB e é candidato do partido à Presidência da República.

Ao pedir a convocação de Aécio, o deputado Afonso Florence (PT-BA) mencionou reportagens indicando que o ex-diretor da estatal Paulo Roberto Costa acusou o PSDB de ter recebido dinheiro do esquema operado pelo doleiro Alberto Youssef.

O parlamentar petista pediu também que a comissão ouça o senador eleito

Fernando Bezerra Coelho (PSB-PE). De acordo com o requerimento apresentado, Costa teria dito que Bezerra pediu a Youssef recursos para a campanha de reeleição do então governador Eduardo Campos. Campos, também candidato à Presidência neste ano, morreu em acidente aéreo em agosto.

O requerimento para que Gleisi Hoffmann deponha foi apresentado pelo deputado Carlos Sampaio (PSDB-SP). Segundo ele, Costa afirmou à Justiça que a senadora recebeu R\$ 1 milhão para a campanha ao Senado em 2010.

A oposição também insiste em ouvir o tesoureiro nacional do PT, João Vaccari Neto. Carlos Sampaio alegou que Youssef e Costa revelaram um esquema de corrupção que desviou dinheiro da Petrobras para o PT e partidos aliados.

Doleiro Youssef deve falar na quarta-feira

O presidente da CPI mista, senador Vital do Rêgo, informou ter acertado com a Polícia Federal e a Justiça Federal as providências necessárias para que o doleiro Alberto Youssef preste depoimento à comissão na quarta-feira, às 14h30.

Youssef é apontado como líder de um esquema de desvio de dinheiro público e evasão de divisas que teria movimentado bilhões de reais, conforme a Polícia Federal.

Assim como o ex-diretor da Petrobras Paulo Roberto

Costa, o doleiro está preso no Paraná e fez acordo de delação premiada.

Ontem Vital do Rêgo disse também que há dois requerimentos, um do Senado e outro da Câmara, para a prorrogação dos trabalhos da CPI.

Ana Amélia cita denúncia de uso eleitoral do Pronaf por deputado petista

Ana Amélia (PP-RS) considera grave a denúncia de que dinheiro destinado à agricultura familiar no Rio Grande do Sul teria sido utilizado na campanha de um deputado federal eleito pelo Partido dos Trabalhadores.

A senadora citou reportagem do jornal *Folha de S. Paulo* segundo a qual escutas telefônicas feitas pela Polícia Federal revelam indícios do desvio do dinheiro do Programa Nacional de Agricultura Familiar no estado. Conforme a denúncia, uma associação de produtores teria recebido R\$ 85 milhões do Pronaf entre 2006 e 2012.



Marcos Oliveira/Agência Senado

Ela afirmou que o Pronaf é de extrema importância para a produção de alimentos e a sobrevivência dos agricultores familiares do país. O Rio Grande do Sul, disse a senadora, recebe 25% dos créditos do programa.

Ana Amélia disse esperar que as instituições envolvidas na apuração do caso cumpram o papel delas sem qualquer contaminação ideológica ou política.

— Elas não podem ter qualquer contaminação político-partidária ou ideológica. Espero que esses episódios graves envolvendo o Pronaf sejam esclarecidos e os culpados, responsabilizados — disse.

Suplicy diz ter sido vítima de calúnia por vereador de SP e ameaça ir à Justiça

Eduardo Suplicy (PT-SP) anunciou que vai entrar com ação na Justiça exigindo reparação por calúnia e indenização por danos morais de Coronel Telhada, vereador do PSDB em São Paulo.

Segundo o senador, o vereador teria afirmado que ele, Suplicy, orientou duas moradoras da invasão de Pinheirinho, em São Paulo, a acusarem falsamente policiais militares de terem abusado sexualmente delas durante a noite em que foi realizada a reintegração de posse da área em São José dos Campos (SP).

Suplicy lembrou que depois da desocupação da área, ocorrida em



Marcos Oliveira/Agência Senado

2012, duas moradoras do local disseram a ele que foram vítimas de violência sexual por policiais militares. Recentemente, pouco antes do primeiro turno das eleições, elas teriam dito que acusaram os policiais por orientação

de Suplicy.

— Imagina se eu iria induzir uma moça a afirmar que ela havia sido objeto de abuso sexual por horas e horas. Ela me relatou esses acontecimentos, que me impressionaram, da forma mais veemente, chorando, inclusive perante o pai dela, que estava assistindo ao seu depoimento — declarou o parlamentar.

Especialistas em língua portuguesa apontaram, em debate no Senado, a necessidade de pequenas modificações no acordo ortográfico para dar mais clareza às regras de grafia

Gramáticos defendem alterações em acordo

O ACORDO ORTOGRÁFICO da Língua Portuguesa deve ser mantido, mas com ajustes em situações de falta de clareza nas regras de grafia para facilitar a aplicação e o ensino das novas normas. Essa posição foi defendida pela maioria dos especialistas ouvidos ontem na Comissão de Educação (CE).

Entrevistados pela Agência Senado, os especialistas discordam de proposta de simplificação ortográfica pelo critério fonético, ou seja, a escrita das palavras orientada pela forma como se fala. Esse sistema, se adotado, levaria ao fim do ch, ç, ss e do h inicial, como na palavra hoje, entre outras mudanças. A proposta foi apresentada na terça-feira pelo professor Ernani Pimentel, também em audiência sobre o acordo.

Assinado em 1990 pelos países lusófonos, o acordo entrará em vigor no Brasil em janeiro de 2016. No entanto, desde 2008, com a promulgação do texto, está em curso o processo de transição para as novas regras, já adotadas por editoras, escolas, veículos de comunicação e órgãos públicos. Desde então, o acordo tem sido criticado por imprecisões e regras pouco claras, que permitem diferentes interpretações.

Carlos André Pereira Nunes, professor de língua portuguesa e redação jurídica, relatou divergência entre o acordo e o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa (Volp), editado pela Academia Brasileira de Letras (ABL).

— É preciso criar um protocolo mais rigoroso sobre fontes da ortografia da língua portuguesa. Qual é a fonte? É o



Pasquale Cipro Neto (D) fala em audiência pública presidida por Ana Amélia, com Evanildo Bechara

acordo? É o vocabulário [o Volp, publicado pela ABL]? — questionou Nunes.

Crítico do acordo, o professor Pasquale Cipro Neto, consultor de língua portuguesa, afirma que o texto é “nebuloso”, permitindo duas grafias para a mesma palavra, como sub-humano e subumano, e critérios diferentes para palavras que deveriam ser regidas por uma mesma regra, como prequestionar e pré-qualificar, como consta do Volp.

— Não existe obra perfeita, mas os fatos mostram que houve atropelo. Fica evidente que o texto carece de polimento, de uma aparada, de soluções concretas. O acordo precisa passar por uma revisão, precisa ser clareado — disse.

Entre os ajustes sugeridos, Pasquale destaca a necessidade de solução “mais racional e objetiva” para o uso do

hífen, posição também defendida por Antônio Martins de Araújo, presidente da Academia Brasileira de Filologia.

— O acordo tem que ser celebrado, mas a Academia Brasileira de Filologia bate pé firme em favor da simplificação máxima do uso do hífen — disse Araújo.

Multilateralismo

Na opinião da professora Stella Maris Bortoni, da Associação Brasileira de Linguística (Abralin), não há espaço para revisões unilaterais do acordo.

— A Abralin recomenda que se consolide o acordo ortográfico. O Brasil é signatário do acordo, feito no âmbito da CPLP [Comunidade dos Países de Língua Portuguesa], e não deve fazer alterações unilaterais. Qualquer alteração deve ser multilateral, no âmbito da CPLP — afirmou.

Stella Maris considera urgente a

conclusão do vocabulário comum entre os países signatários do acordo. Ela sugeriu aos senadores da CE que lancem mão da autoridade da comissão para recomendar pressa na finalização desse compromisso da CPLP.

Ao fim do debate, o gramático Evanildo Bechara, membro da ABL e representante brasileiro na CPLP, informou que o Instituto de Linguística Teórica e Computacional (Iltec) está encarregado de fazer uma revisão no acordo, o que vem sendo realizado por um grupo de especialistas convocados nos oito países signatários do acordo.

As sugestões de ajustes apresentadas nos debates na Comissão de Educação, disse Bechara, poderão ser consideradas pelos especialistas do Iltec. Ele enfatizou, no entanto, que não estará em exame a proposta de simplificação ortográfica que sugere a mudança do sistema misto atual, etimológico e fonético, para o sistema puramente fonético.

Na condução do debate, a vice-presidente da CE, Ana Amélia (PP-RS), explicou que a comissão exerce o papel de mediação, para que os gramáticos cheguem a um entendimento.

— Não estamos aqui nem de um lado, nem de outro. Queremos chegar a este ponto de reconhecer: existem falhas no acordo? Então, estamos buscando exatamente esse centro para aperfeiçoá-lo, seja em forma de errata, na forma de explicação ou de qualquer outra forma. Esse é o nosso papel — observou.

Texto quer ampliar bolsa para juiz

Projeto de lei que está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) pretende aumentar a ajuda de custo paga a aprovados no concurso de juiz federal. A proposta é ampliar o valor de 50% para 80% do subsídio pago ao juiz federal substituto em início de carreira (R\$ 23.997, atualmente).

A ampliação do auxílio partiu do Superior Tribunal de Justiça (STJ), em projeto de lei encaminhado ao Poder Legislativo (PLC 57/2014).

Atualmente, a concessão de ajuda de custo nos concursos de juiz federal segue a Lei 9.624/1998, que fixou o auxílio pago durante o curso de formação dos concursos realizados pela administração pública federal.

O projeto foi feito após o Conselho da Justiça Federal

(CJF) concluir que a bolsa oferecida aos candidatos à magistratura federal deveria ser regulada por lei específica, com alcance restrito ao cargo.

Orçamento da Justiça

De acordo com o projeto, as despesas geradas pela ajuda de custo aos candidatos à magistratura federal deverão ser cobertas pelo orçamento da Justiça Federal. Vale observar ainda que o percentual do auxílio financeiro foi modificado, mas a proposta manteve a possibilidade aberta pela Lei 9.624/1998 de o candidato servidor público continuar recebendo o vencimento e as vantagens de seu cargo efetivo durante o curso de formação.

A princípio, o CJF aprovou anteprojeto de lei mantendo a vantagem financeira no curso

de formação em 50% do subsídio de juiz federal substituto. A elevação do percentual se deu quando a proposta foi revisada pelo Conselho das Escolas da Magistratura Federal (Cemaf). Na visão da entidade, a manutenção do índice previsto na lei anterior desencorajaria candidatos advindos de outras carreiras para a magistratura federal, em vista da perda salarial.

Segundo o conselho, a medida — com previsão de gastos de quase R\$ 28 milhões em 2014 — não se caracteriza como gasto de pessoal, mas como despesa corrente, não gera impactos e, portanto, não entra nas contas da Lei de Responsabilidade Fiscal.

A proposta chegou à CCJ do Senado em maio, onde aguarda indicação de relator.

Crédito especial destina R\$ 418 milhões a estatais

Aguarda votação na Comissão Mista de Orçamento (CMO) projeto de lei que abre crédito especial no Orçamento deste ano em favor de empresas estatais do Ministério de Minas e Energia e da Secretaria de Portos (PLN 15/2014). A proposta tem de passar pelo exame da CMO antes de ser enviada para votação do Congresso.

De acordo com o Ministério do Planejamento, a Eletronorte receberá R\$ 70 milhões, o que permitirá a conclusão da implantação da Estação Retificadora Porto Velho (RO) e da Estação Inversora Araraquara 2 (SP). A Eletrosul ficará com R\$ 200 milhões, que servirão para a conclusão das Usinas Eólicas Coxilha Seca, Capão

do Inglês e Galpões, todas em Santana do Livramento (RS).

Ainda de acordo com o Executivo, R\$ 5,5 milhões são para a Empresa Brasileira de Administração de Petróleo e Gás Natural (Pré-Sal Petróleo) aplicar em tecnologia de informação, manutenção de bens móveis, veículos, máquinas, equipamentos e ativos de informática, informação e teleprocessamento.

Para a Companhia Docas do Estado de São Paulo (Codesp), o crédito de R\$ 142,5 milhões destina-se à incorporação, ao patrimônio da companhia, das obras de construção de cais de acostagem, rede de utilidades e retroárea (área de apoio) localizadas no Porto de Santos.

quintas Femininas

Prevenção e tratamento do câncer de mama: avanços e desafios

Participantes:
 Dra. Fernanda Salum – Mastologista, Secretária de Saúde do DF
 Dr. Anderson Silvestrini – Oncologista, Grupo Acreditar
 Joana Jeker – Presidente da Recomeçar, entidade de Mulheres Mastectomizadas de Brasília

Data: 23 de outubro de 2014
Horário: 10h
Local: Auditório do prédio Ministério do Esporte Esplanada dos Ministérios Bloco A

Mais informações: 3303-1710/1713 | **Participação pelo site:** www.senado.leg.br/ecidania | **Alô Senado:** 0800 61 22 11

Senado | Publicidade e Marketing

